

INDÚSTRIAS CULTURAIS E FAIXA DE FRONTEIRA NO BRASIL MERIDIONAL

Profa. Dra. Ada Cristina Machado da Silveira
Universidade Federal de Santa Maria
adamach@ccsh.ufsm.br

Lindamir Ester Adamczuk
Assessora de Comunicação em Curitiba - Paraná.

RESUMO

O artigo aborda a experiência das indústrias culturais das Terras de Fronteira do Brasil Meridional. Estamos estudando aspectos da discursividade dos sistemas de comunicação de um território que inclui parte da atual faixa de fronteira mas que teve seus limites re-desenhados em vários momentos após sucessivas demarcações. O conhecimento sobre o tema é restrito. A perspectiva corrente considera as Terras de Fronteira do Brasil Meridional como uma zona de conflitos e deprecia a capacidade comunicacional de sua sociedade, entendendo que sua condição fronteiriça as consagra apenas enquanto uma área de segurança nacional cujo desenvolvimento comunicacional teria sido constrangido. Entendemos que as Terras de Fronteira do Brasil Meridional constituem-se de referência empírica que pode subsidiar teoricamente o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira como um todo. Consideramos também que sua condição híbrida antecipou uma série de aspectos propostos pela globalização.

Palavras chave: fronteira, políticas de comunicação, representações midiáticas.

ABSTRACT

The paper says about the experience of Borderlands in Southern Brazil deals with the activities made by cultural industries. We have researched issues of discursivity network communication from a territory that includes part of the actual border line, but, due to successive historical demarcations, these areas have had its limits redesigned in various moments. The current knowledge available about this question is restricted, though. The present perspective shows the Borderlands of Southern Brazil as a buffer zone and depreciates its society's capacity of communication. Thus, understanding its border condition acclaims them only through the point of view of national security areas, its communicational development would have been constrained. The Borderlands in Southern Brazil are a solid empirical reference that will theoretically maintain the communicational development of the Brazilian borderline as a whole. Overall, according to the references these hybrid characteristics anticipate the issue of globalization itself.

Key words: border studies, communication policy, media representations.

Introdução

Em 2002 celebraram-se 200 anos de incorporação definitiva da metade leste do estado do Rio Grande do Sul ao Brasil. O esforço social condensado na fixação do limite territorial faz transparecer o entendimento de que, no caso do Rio Grande do Sul, o processo de sua demarcação confunde-se com a própria história do estado e se faz especialmente nítido em sua cultura midiática.

A manutenção de enunciados que expressem a ocupação fronteiriça revela a presente preocupação e a condição de alerta que os sistemas midiáticos têm desempenhado na região das fronteiras do Cone Sul. O seu estudo aprofundado permite demonstrar que a malha de comunicação daqueles territórios que, enquadrados historicamente como faixa de fronteira e áreas de segurança nacional, antes que ter seu desenvolvimento comunicacional constrangido, exhibe um profundo conhecimento da condição de membro federativo de um estado-nação e subjugado a sua ordem heterônoma.¹

Este aspecto nos remete a alguns antecedentes espaço temporais no âmbito da ocupação territorial e formação social do Brasil Meridional. O presente artigo dedica-se a analisar este aspecto, enfatizando as relações entre a noção militarista de faixa de fronteira, e meios de comunicação (indústrias culturais) e a questão da soberania nacional.

As fronteiras do Brasil Meridional

As fronteiras com as quais, a meados do século XIX, alcançou-se delimitar o estado sul-brasileiro do Rio Grande do Sul constituem 10% das fronteiras internacionais do Brasil, num estado que representa tão somente 3,32% do território nacional, embora sejam as mais densamente povoadas. Iára R. Castello (1995) afirma que a fronteira meridional do Brasil concentra relativamente quase o dobro da densidade média do país como um todo.

O processo histórico de delimitação das fronteiras territoriais do Cone Sul culminou em que a configuração territorial do Rio Grande do Sul equivaler à figura de um losango, no qual cada uma de seus quatro lados constitui-se numa fronteira distinta. Situado no paralelo 30 da latitude sul, o estado tem ao sul à República Oriental do Uruguai, que se situa em alguns dos mais conflituosos 1.003 Km de linha de fronteira da história do Brasil. Dela, dois terços foram demarcados considerando-se acidentes geográficos, como elementos fluviais de lagoas e rios. O outro terço foi ganho num corpo a corpo hoje evocado por uns marcos de pedra cravados esparsamente e depois estabelecidos por linhas geodésicas. O turbulento Oceano Atlântico está ao leste, com 622 Km de litoral de praias de areias de difícil aperto. A oeste, outro litoral; os 724 Km das barrancas do caudaloso Rio Uruguai estabelecem uma divisa natural com a República Argentina. Dos quatro lados do losango, apenas um lado conta com fronteira brasileira. São os 958 Km de limites com o estado de Santa Catarina, situado ao nordeste do estado sulista.

Na figura 1, a seguir, pode-se observar como ocorreu ao longo da história a demarcação de uma sucessão de linhas de fronteira responsáveis pelo surgimento de uma região com características de Marca de Fronteira a sudoeste do Rio Grande do Sul:

Figura 1 - A expansão territorial luso-brasileira



Fonte: KOTECK (2000, p.77)

Foram necessários vários acordos diplomáticos para que a região tivesse o contorno atual: Tratado de Tordesilhas (1494), Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), todos firmados em Castilha. O último seria consagrado pelo Tratado de Badajoz (1801), na fronteira com Portugal, dando finalmente o contorno atual às lindes na região.

Somente em 1802 a Coroa Portuguesa viria a tomar posse do território arbitrado. Ele veio a ser o primeiro tratado a firmar limites por acidentes físicos e não por colonização e significou a definitiva demarcação territorial na bacia platino-uruguaia. A incorporação do que hoje constitui a faixa de fronteira sul-riograndense implicou na expatriação da população de origem castelhana e na expulsão dos guaranis

do Brasil. Isto põe um dos mais sérios obstáculos à integração do Cone Sul: o tema da identidade cultural numa região estruturada com base no conflito dos estados-nação.

Situada na tríplice fronteira Brasil-Uruguai-Argentina, a atual micro-região da *Campanha* surgiu como a herdeira americana de confrontos peninsulares históricos entre as coroas ibéricas, especialmente no período que se estendeu do final do século XVII ao início do século XIX. Ela corresponde à faixa de fronteira cuja progressiva dilatação, fruto de diversos tratados diplomáticos, culminou com a criação do estado-nação do Uruguai (1826), configurado em *buffer zone* entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, mais tarde Argentina. Por essa razão, ainda hoje, a metade sudoeste do estado do Rio Grande do Sul é conhecida pela denominação de *Fronteira*.

A ocupação do espaço geográfico de fronteira teve nas mensagens simbólicas de orientação nacionalista, por exemplo, uma marca significativa para a ordem audiovisual da atualidade. A cultura do gauchismo pode dar testemunhos valiosos sobre como uma nação pode ser pensada na diversidade cultural e histórica, exercitando inclusive práticas lingüísticas peculiares, como é o registro do “portunhol” que repercute especialmente na formação cultural do Uruguai contemporâneo.

Uma identidade regional vigorosa que respondeu com a ocupação da banda radiofônica, uma desenvolta imprensa local, ocupada de temas regionais e precocemente estabelecida em moldes empresariais, além de outros elementos como o pioneirismo da implantação de canais de televisão local em municípios no interior do estado já nos anos 60, compõem um cenário que corroborou a assentar as bases de um projeto de nação num enclave brasileiro avançado sobre o contexto platino.

Fronteiras e a noção de faixa de fronteira

Culturalmente, as fronteiras podem ser entendidas como membranas através das quais as pessoas, bens e informações podem circular e podendo ser aceitas ou não pelo estado. Na definição dos antropólogos Thomas M. Wilson e Hastings Donnan (1998, p. 5) “as fronteiras são registros espaço temporais das relações entre comunidades locais e entre estados”.¹

Apoiando-se em diversos outros autores, Wilson e Donnan distinguem três elementos constitutivos da noção de fronteira: a linha limítrofe, a qual simultaneamente permite separar e unir os estados-nação; as estruturas físicas do estado que visam demarcar e proteger tal linha de fronteira, composta de pessoas e estruturas enraizadas profundamente no território nacional; e as zonas territoriais, cujas variadas dimensões alargam a partir e através de fronteiras, dentro das quais as pessoas negociam uma variedade de comportamentos e significados associados a sua pertença a nações e estados. À diferença das metafóricas fronteiras de identidade, usuais na descrição de aspectos da sociedade pós-moderna, as “terras de fronteira” seriam territórios *in natura*, com realizações políticas e sociais inerentes aos modernos estados-nação e até anteriores a eles. Tal conjunto de elementos permite compreender a condição fluida e indefinida das *borderlands*, enfatizando seu hibridismo potencial pela incapacidade de conciliar as contradições que sua sociedade encerra.

Fronteiras vivas no *argot* militar alude aqueles territórios permeáveis e à mercê de múltiplos embates. Historicamente, constituem-se em territórios ameaçados de saques e espoliações de parte da banda inimiga. De parte da banda amiga, no entanto, tais terras arrasadas freqüentemente sofreram e continuam a padecer rejeições culturais e políticas, dada sua exclusiva condição de serem contíguas ao estado-nação, porém distintas culturalmente do mesmo. Esquecem-se muitos que esta permanente tensão é geradora de um inerente hibridismo cultural fronteiriço, capaz de proceder a acumulações *sui generis*. Os territórios fronteiriços observam regras diversas quanto a aspectos como o uso do solo, circulação de pessoas e mercadorias, propriedade de empresas de produção primária e, em alguns casos, de privilégios fiscais.

A *faixa de fronteira* brasileira está definida pela Lei n° 6634, de 02 de maio de 1979, a qual revogou a Lei n° 2597, de 12 de setembro de 1955, e também alterou o Decreto-lei n° 1135, de 03 de dezembro de 1970.

Outro antecedente seu foi a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1890, dispondo sobre terras devolutas. Ela reservava os 66 Km internos (dez léguas) para concessão gratuita. A Constituição republicana do ano seguinte fixou no Art. 64 que as terras devolutas pertenceriam aos Estados e a União faria uso das terras necessárias à defesa e fins militares e às estradas de ferro federais.

A Constituição de 1934 no Art. 166 delimitou a faixa de fronteira em 100 Km internos do território brasileiro, designando o Conselho Superior de Segurança Nacional que estava sendo criado como órgão responsável pela gestão de interesses fronteiriços para garantir a presença de capitais e trabalhadores nacionais nas áreas. É uma das primeiras referências ao controle da União por um órgão específico nestes territórios, contrariando o que havia sido disposto pela primeira constituição republicana, a qual definira que a segurança de fronteiras era atribuição específica do Congresso Nacional.

Na Constituição de 1937, Art. 165, ampliou-se a faixa para os 150 Km internos, conforme prevalece até a atualidade. O Decreto-lei nº 1164, de 18 de março de 1939, no qual o Pres. Getúlio Vargas dispunha “sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas”, através de seu Art. 18 determinou estar vedada a impressão ou circulação de jornal, revistas, anuários, boletins e outras publicações periódicas em língua estrangeira. A pena estipulada era a de apreensão dos exemplares e fechamento da tipografia e prisão celular dos responsáveis por um a três meses. A Constituição de 1946 previu posterior definição do tema, o que viria a ocorrer com a já referida Lei nº 2597, de 12 de setembro de 1955.

Durante o governo do Pres. Ernesto Geisel que se adicionou um novo aspecto, ao se considerarem os 150 Km internos e paralelos à linha divisória terrestre do território brasileiro na condição de “área indispensável à segurança nacional”. Tais territórios permanecem necessitando observar certas licenças prévias de órgão federal competente quanto à implementação de determinadas atividades em seu espaço; dentre eles, a concessão de terras, a abertura de vias de transportes, *a instalação de meios de comunicação*, a construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso, além de outras atividades.

É fácil compreender que este tipo de regramento em área de limites internacionais poderia gerar repercussões de extensão imprevisível. No Cone Sul, no entanto, não se verificou aparentemente algum tipo de reação de parte das nações vizinhas.

Verificando-se o contexto fronteiriço de outras nações da América do Sul, Rebeca Steiman (2002) reuniu e analisou a legislação básica e os projetos especiais, tendo constatado que parte dele foi construída em dissonância com normas anteriores e sem o conhecimento, muitas vezes, das normas entre países limítrofes. A autora constatou que apenas cinco países possuem legislação específica sobre o tema promulgada na década de 90, sendo que Bolívia e Peru designam os 50 Km internos para tal, enquanto Colômbia, Equador e Venezuela não especificam sua largura. Veja-se na figura 2, o impacto da faixa de fronteira sobre o território do Brasil e da América do Sul.

A faixa de fronteira brasileira está constituída, conforme dados atuais do IBGE, de 182 dos 467 municípios do Rio Grande do Sul; ou seja, 39% dos municípios gaúchos estão dispostos ao largo de seu domínio. Essa expressiva participação que corresponde a quase metade da totalidade dos municípios também se faz notar na amplitude do território nacional, dado que os municípios fronteiriços gaúchos ainda representam 32% dos municípios fronteiriços do Brasil, especialmente se considerarmos que estes, ao total, somam apenas 576 municípios.

Após ter abordado a noção de faixa de fronteira, passamos a comentar brevemente algumas relações entre comunicação e militarismo na faixa de fronteira brasileira.

Comunicação e militarismo na faixa de fronteira

Nativa FM.

A rádio que faz pátria

os limites de fronteira do Rio Grande do Sul.

A oração em epígrafe constitui-se na *característica radiofônica* que apresenta a *Rádio Nativa FM*, vinculada à *Rádio Guarathan AM*, de Santa Maria, nos anos 2001-2002. Irradiando desde a cidade *Coração do Rio Grande* - epônimo que põe em evidência a sua posição geográfica no centro do território estadual - a emissora expressa, por via discursiva, a memória da necessidade de afirmação e posse do espaço territorial de uma cidade que, na atualidade, tem apenas parte de um distrito rural nos limites fronteiriços do Brasil. Mas, pelo contrário, ao estar no coração do território estadual, e tendo sido o centro do entroncamento ferroviário gaúcho, (Santa Maria dista cerca de 280 Km da linha de fronteira do Uruguai e 425 Km da Argentina), seus discursos não se desvinculam da questão dos limites nacionais.

Figura 2 - A faixa de fronteira brasileira



Fonte: IBGE, 2000.

A força deste tipo de elementos faz supor que, no que respeita a suas relações internacionais, a passagem das armas ao discurso exigiu do estado nacional brasileiro um esforço concentrado no sentido de estabelecer uma cortina sonora de proteção e alerta contra uma possível invasão cultural e de resguardo à cultura nacional. O congelamento dos conflitos entre Brasil, Uruguai e Argentina, observáveis na atualidade, esconde um passado de intensas pugnas nos limites meridionais nacionais. O *Diário de Santa Maria*, veículo do grupo RBS de Comunicação, registrava em sua edição de 30 de agosto de 2003, na página editorial, que a Guerra Fria entre Brasil e Argentina durante a década de 70, resultou na instalação da Base Aérea, ao lado do Campus da Universidade Federal.

Atualmente, tais territórios ainda contam com um expressivo contingente militar em seus domínios, com representações das Forças Armadas de terra, ar e mar. Santa Maria conta com 22 organizações de exército e aeronáutica e destaca-se por possuir o segundo contingente militar no Brasil, atrás apenas de Rezende, no estado do Rio de Janeiro, mesmo com o deslocamento de algumas unidades para a Amazônia.²

O coração do Rio Grande

Santa Maria está situada no que era a zona fronteiriça entre Portugal e Espanha no século XVII, e sua presente condição de *Coração do Rio Grande* funciona nos discursos midiáticos para remarcar a

localização da cidade, como se pode perceber na peça publicitária de uma universidade que instalava seu campus na cidade e que se utilizou do seguinte enunciado: “Ulbra e Diário de Santa Maria, no coração do Rio Grande” e, mais adiante: “Ulbra e Diário chegam juntos para ampliar as oportunidades de crescimento das regiões Centro e Fronteira”.

Existem muitas controvérsias acerca do local exato, uns acham que é no terreno onde hoje está o prédio do Colégio Militar, outros que está em frente à Catedral, outros ainda dizem não ficar em Santa Maria e sim noutras cidades próximas, ou ainda, num campo na localidade de Arenal. Mas isso não vem ao caso. Em matéria veiculada na edição de lançamento do *Diário de Santa Maria*, o professor de geografia João Costenaro afirma que o fato de Santa Maria estar localizada no centro do estado teria contribuído para a construção de rodovias e a instalação da Universidade Federal e dos diversos quartéis. Ademais, a reportagem oferece referências sobre medidas extremas do Rio Grande do Sul, podendo-se perceber a importância dada para marcos, delimitações e demarcações bem estabelecidas e, daí, a controvérsia acerca de onde se localiza o “coração” do Rio Grande.

Outros municípios da faixa de fronteira, como Cruz Alta e Santiago, contêm, cada qual, a muitas organizações militares, havendo em Uruguiana um destacamento naval, para referir apenas os mais expressivos. As cidades citadas participaram das batalhas históricas de defesa das terras brasileiras e até hoje mantém organizações militares cumprindo com seus desígnios de protetoras do estado-nação.

Considerações finais: indústrias culturais e segurança nacional

A leitura que contempla os sistemas de comunicação, a sociedade civil e o militarismo no Cone Sul na segunda metade do século XX, realizada por Armand Mattelart (1978, p.69), é uma referência objetiva sobre este processo. O autor, nascido na Bélgica e tendo trabalhado no Chile nos anos 60, toma em consideração os aportes do Gen. Golbery do Couto e Silva, *éminence grise* do regime militar e grande estrategista da ideologia de segurança nacional, de sólidas contribuições aos conhecimentos geoestratégicos da doutrina de segurança nacional e membro da *Escola Superior de Guerra* do Brasil. Profundamente familiarizado com a cultura que estudamos, natural da cidade portuária de Rio Grande e ainda integrante da faixa de fronteira brasileira, o Gen. Golbery exporia sua análise dos conceitos da escola francesa, alemã e franquista, chegando aquilo que Mattelart classificou como relativo a uma concepção nazista. Os conflitos internacionais, depois da II Guerra Mundial seriam, segundo Mattelart, adotados pelos militares do Cone Sul em seu correlato de geoestratégia, abarcaram particulares pretensões imperialistas do Brasil. Mattelart assinala, neste aspecto, uma afirmativa do Gen. Golbery colhida em uma entrevista: “*El destino manifiesto ... inalienable ... trazado ... por la naturaleza misma sobre el mapa del Atlántico Sur*”.

Não se pode ignorar, neste aspecto que, dos cinco presidentes militares, três nasceram no Rio Grande do Sul e dois na faixa de fronteira: os generais Arthur da Costa e Silva (de Taquari), Emilio Garrastazu Medici (muito vinculado a Bagé, acusando naturalidade de Dom Pedrito, mas que seus detratores afirmam poder ter nascido no Uruguai). Ernesto Geysel (de Estrela) é da região colonial alemã, sem esquecer que o Gen. João Batista de Figueiredo, do Rio de Janeiro, estudou no estado.

Frente a um conjunto tão expressivo de relações entre militarismo, vias e meios de comunicação (indústrias culturais) e a questão da soberania nacional, seria difícil fugir ao chavão de que seus discursos estão solidamente ligados a epifanias patrioteiras.

Sem abandonar de todo esta questão, indagamos se o avanço dos tempos afirmaria como verdadeira uma concepção de que a guerra e o exercício da violência estariam sendo desenvolvidos por outros meios. O sociólogo português Adriano D. Rodrigues (1997, p. 185) concorda ao afirmar que: “No mundo contemporâneo, a estratégia comunicacional tornou-se, de facto, uma outra maneira de prosseguir a guerra”.

No entanto, o contexto de integração econômica tem confundido a muitos, que acreditam que o clima bélico teria sido absolutamente abolido. O sistema de comunicação estaria alterando a concepção clássica da guerra e paz? Outra vez convocamos ao autor quando tece sua argumentação sobre o que

chama de viragem tecnológica, indicando precisamente a intervenção do sistema radiofônico:

A rádio atravessou desde os seus começos as fronteiras. Apesar de ter servido muitas vezes para alimentar a coesão entre os povos e a compreensão das outras culturas, assim como para acelerar a prestação de socorros, insere-se neste processo de planetarização das redes de informação que nos coloca perante a urgência de repensar muitos dos princípios em que assentava a coerência das instituições, ditando-lhes as formas de organização e as normas de funcionamento (RODRIGUES, 1997, p.185).

Estudando seus antecedentes, a liberação e a prática de outras línguas e dialetos, prática perseguida pela *Campanha de Nacionalização* (1937), apresenta-se como um ponto de crucial importância no estudo das práticas comunicativas das Terras de Fronteira. Vargas, natural do município fronteiriço de São Borja, limitado pelo Rio Uruguai da argentina localidade de *San Tomé*, bem conhecia a função nacionalista do uso do idioma oficial. As rígidas recomendações de adoção da língua portuguesa, estabeleceram-se, durante seus governos, como um artefato cultural e bélico de proclamação da soberania do estado-nação em seus territórios confinantes. Passado meio século, e em que pese a estrita orientação do *Código Brasileiro de Radiodifusão* a respeito da exclusividade da língua portuguesa para as emissões no território nacional, na atualidade, encontra-se tolerada a emissão em qualquer idioma, o que tem dado oportunidade ao aparecimento de muitas manifestações locais idiossincráticas.

A força desta relação talvez provenha de que, conforme o interpretaram Armand e Michèlle Mattelart (1987), os governos militares dos anos 70 necessitaram restabelecer o equilíbrio frente à desnacionalização econômica operada no Brasil, e o fizeram recorrendo ao nacionalismo simbólico.

Esta relação entre um lastro histórico, aspectos legais e política de fronteiras permite avaliar a atividade da malha de comunicação local-internacional presente na faixa de fronteira do sul do Brasil. Ela é detentora de um testemunho histórico sobre a convivência com distintos estados-nação e se mostra especialmente vulnerável à política de fronteiras nacional, refletindo em suas experiências particulares as contradições que lhe são inerentes. Neste sentido, a experiência comunicacional da fronteira sul-brasileira pode consistir-se num elemento de referência para a fronteira brasileira em sua totalidade e para a sociedade em geral ao haver antecipado aspectos que atualmente são considerados inerentes à globalização.

Notas

(1) A cultura plurinacional do gauchismo, através de representações midiáticas que lhes são próprias, contribui para a construção de um discurso polifônico que opera em conformidade à ordem heterônoma determinada pelo estado-nação, sem abrir mão de seu hibridismo fronteiriço precisamente por necessitar afirmar uma identidade permanentemente posta à prova, como fruto das pugnas de distintos estados-nação. Trata-se dos resultados de uma investigação que se intitula “Terras de Fronteira: a malha de comunicação local- internacional do Brasil Meridional”; ela encontra-se na última fase e conta com recursos do CNPq, FAPERGS e FIPE-UFSM. O método envolveu procedimentos como o levantamento das práticas discursivas relevantes encontradas na mídia e seus agentes no que denominamos *Terras de Fronteira* do Brasil Meridional. Para tanto, procedeu-se a uma seleção do *corpus* empírico para análise, constando das produções midiáticas que atentem para a identificação de um canal, emissora, rede, programa, etc. A definição das características técnicas das peças selecionadas (anúncio publicitário, *spot* radiofônico, *videoclip*, *folder*, *out door*, *bunner*, vinhetas televisivas, etc.) foi considerada, reconhecendo-se características genealógicas decorrentes dos vínculos manifestos na textualidade das representações analisadas. Também se considerou sua atuação em prol de uma estratégia de consumo

específica, aplicada no contexto do mercado de consumo cultural brasileiro que, na sua variedade e diversidade, compõe um discurso polifônico.

(2) Conforme o *site* www.exercito.gov.br, dentre as organizações militares presentes em Santa Maria, estão: Campo de Instrução de Santa Maria, Colégio Militar de Santa Maria, Companhia de Comando da 3ª Divisão de Exército, Comando da 3ª Divisão de Exército, Companhia de Comando da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, Comando da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, Depósito de Subsistência de Santa Maria, Hospital de Guarnição de Santa Maria, Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar, 13ª Companhia Depósito de Armamento e Munição, 26º Pelotão de Polícia do Exército, 29º Batalhão de Infantaria Blindado, 3ª Companhia de Comunicações Blindada, 3ª Delegacia do Serviço Militar da 10ª C S M, 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, 4º Batalhão Logístico, 6ª Bateria de Artilharia Anti-Aérea, 6ª Companhia de Engenharia de Combate Blindada, 7º Batalhão de Infantaria Blindado, 6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Bibliografia

CASTELLO, I. R.; HAUSEN, E. C.; LEHNEN, A. C. et al. (orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras:** temas para o Mercosul. Porto Alegre: EDUFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995.

KOTECK, L. M. **Conhecendo o Rio Grande do Sul. Estudos Sociais.** 16ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

LEX. **Legislação Federal.** São Paulo: LEX, 1939. Ano III.

MATTELART, A. **Comunicación e ideologías de la seguridad.** Barcelona: Anagrama, 1978.

MATTELART, A.; MATTERLART, M. **El carnaval de las imágenes.** La ficción brasileña. Madri: Akal, 1987.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da comunicação.** Questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Presença, 1997.

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira:** um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

WILSON, T. M e DONNAN, H. (ed.). **Border identity:** nation and state at international frontiers. Cambridge (RU): Cambridge University, 1998.

Sítios eletrônicos

EXÉRCITO BRASILEIRO. <http://www.exercito.gov.br>. Acesso em 12.07.2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2000. <http://www.ibge.com.br> Acesso em 12.12.2002.

Trabalho enviado em janeiro de 2004.

Trabalho aceito em agosto de 2004.